



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ERIVAN FRANCISCO DOS SANTOS**

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO  
FAMILIAR E AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO  
MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - PB**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2015**

**ERIVAN FRANCISCO DOS SANTOS**

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO  
FAMILIAR E AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO  
MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Serviço Social da Universidade Estadual da  
Paraíba (UEPB), Campus I, em cumprimento  
às exigências para obtenção de título de  
Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ma. Aliceane de Almeida  
Vieira

**CAMPINA GRANDE – PB  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237v Santos, Erivan Francisco dos  
A violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito familiar e as medidas de enfrentamento no município de Lagoa Seca - PB [manuscrito] / Erivan Francisco dos Santos. - 2015.  
50 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Profa. Me. Aliceane de Almeida Vieira, Departamento de Serviço Social".

1. Criança. 2. Adolescente. 2. Violência sexual. 3. Família.  
4. Direitos. 5. Estatuto da criança e do adolescente. I. Título.

21. ed. CDD 362.883

ERIVAN FRANCISCO DOS SANTOS

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO  
FAMILIAR E AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO  
MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - PB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Serviço Social da Universidade Estadual da  
Paraíba (UEPB), Campus I, em cumprimento  
às exigências para obtenção de título de  
Bacharelado em Serviço Social.

Aprovado em: 03 / 12 / 2015

BANCA EXAMINADORA

*Aliceane de Almeida Vieira*

**Profª Ma. Aliceane de Almeida Vieira**  
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB  
Orientadora

*Maria Noalda Ramalho*

**Profª Dra. Maria Noalda Ramalho**  
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB  
Examinadora

*Fabiana Correia de Lima*

**Fabiana Correia de Lima**  
Assistente Social do Centro de Referência Especializado  
de Assistência Social (CREAS)  
Examinadora

*A Deus, minha fortaleza e refúgio em todos os momentos,  
dedico.*

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho só foi possível com o apoio e a colaboração dessas pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram e muito para a finalização desta pesquisa. Desta forma meus agradecimentos vão.

A Deus, meu amigo fiel, que em todas as horas ouviu e viu minhas angustias na elaboração deste trabalho.

A toda minha família, pelo incentivo nos meus estudos e por estarem sempre ao meu lado nesta longa caminhada.

Aos meus pais, Adalgisa e Valdeci, alicerce e porto seguro, que não estiveram presente em boa parte desta caminhada, mas sempre que precisei me deram força nas horas mais difíceis no processo de minha formação profissional.

As minhas irmãs (Wanderléia, Wanderly, Dionete, Elielza, Eliane, Joelma, Simone e ao meu irmão Joseilton que são pedras fundamentais na minha vida, ambos não tiveram oportunidades de seguir em frente com seus estudos, mas sempre estiveram ao meu lado nesta etapa da minha vida.

A minha esposa e amiga, Daniele, pelo amor e muita atenção dedicada a mim, sempre mim incentivando a nunca desistir dos meus objetivos.

Aos Professores do Curso de Serviço Social, pela paciência e dedicação em repassar todo o seu conhecimento teórico metodológico, onde o mesmo foram muito necessário para a minha formação profissional, entre eles, Aliceane, Geraldo Medeiros, Moema, Patrícia Crispim, Socorro Pontes, Mônica Barros, Alessandra Ximenes, Sebastião Andrade, Jordeana, José Junior, Cida, Noalda, Thereza Karla, Sandra Amélia, Jussara entre outros, que juntos contribuíram e muito com seus ensinamentos para que eu pudesse chegar ao final deste curso.

A Professora Aliceane de Almeida Vieira, minha supervisora acadêmica em todo processo de estágio curricular e minha orientadora de TCC pelo empenho e paciência em orientar-me nesta monografia, contribuindo de forma ímpar na realização do meu sonho de concluir o Curso de Serviço Social.

A Professora Maria Noalda Ramalho por também aceitar a participação na banca examinadora dessa pesquisa e por ter contribuído de forma grandiosa ao longo da minha aprendizagem.

A Assistente Social do CREAS Municipal de Lagoa Seca-PB, Fabiana Correia de Lima, por repassar seus conhecimentos a cerca da prática do exercício

profissional, pela atenção a mim disponibilizada no campo de estágio e por aceitar o convite de participar da banca examinadora deste trabalho.

A toda Equipe Técnica do CREAS Municipal de Lagoa Seca-PB, que contribuíram e muito para um olhar crítico a cerca da Política de Assistência Social.

As minhas amigas, Gessika Almeida, Daniella Aguiar e Lívia Priscila companheiras de trabalhos acadêmicos e irmãs na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão com certeza, continuar presente em minha vida.

Aos meus amigos, por compreenderem a minha ausência em vários eventos durante esses anos de estudos e por fim agradeço de coração ao meu amigo de todas as horas Rogério Rodrigues de Souza Freire, que sempre esteve do meu lado nas horas que precisei e que me incentivou a fazer o curso de serviço social.

*A palavra progresso não terá qualquer sentido enquanto  
houver crianças infelizes.*

*Albert Einstein*

## RESUMO

O abuso sexual intrafamiliar, é uma problemática que acomete todas as classes sociais, os familiares na grande maioria das vezes, que teriam, perante a sociedade, o dever de proteger os indivíduos menores de dezoito anos que convivem sob sua autoridade, são os principais agressores, causando traumas violentos, que marcam para o resto de suas vidas, as privando da cidadania e da liberdade, da proteção e dos direitos sociais, da infância. No Brasil, as discussões sobre essa questão ganharam força com a Lei 8.069/90 que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo que os direitos e deveres sociais das crianças e adolescentes fossem realmente respeitados como garante a legislação vigente. Diante disso, a violência sexual tem se mostrado de forma diversificada e descentralizada, atingindo com maior rigor crianças e / ou adolescentes mais vulnerabilizados da sociedade, por serem mais passíveis as regras impostas pelos agressores. Nesta perspectiva, o presente trabalho se propõe a compreender o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito familiar quanto à violação de seus direitos no município de Lagoa Seca-PB, destacando o trabalho realizado pelos profissionais da rede de proteção. A pesquisa apresentada parte de uma perspectiva analítico-crítica, a partir de uma pesquisa de campo. A pesquisa se deu junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Conselho Tutelar Municipal, tendo como sujeitos os profissionais que atuam nestas instituições na proteção dos direitos da criança e adolescentes no âmbito municipal. Para tanto, foi utilizado como instrumentos de coleta de dados um questionário semi-estruturado e pesquisa documental junto aos arquivos das instituições. A violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se como um problema de ordem social, que requer atenção de toda a sociedade. Dessa forma, conclui-se que, em muitas dessas situações os familiares estão envolvidos, dificultando as denúncias e contribuindo para a impunidade através do silêncio e medo. A nossa pesquisa nos aponta ainda para a necessidade de avanços na busca da consolidação dos direitos das crianças e adolescentes, através do fortalecimento da rede de proteção social.

**Palavras-chave:** Criança e Adolescente; Violência Sexual; Família; Direitos; Estatuto da Criança e do Adolescente.

## ABSTRACT

The intra-family sexual abuse is a problem that affects all social classes, the family in most cases, that would have, in society, the duty to protect under eighteen individuals who live under its authority, are the main aggressors causing violent traumas that mark for the rest of their lives, deprived of citizenship and freedom, and protection of social rights of children. In Brazil, discussions on this issue gained strength with the Law 8.069 / 90 which recommends the Statute of Children and Adolescents, ensuring that social rights and duties of children and adolescents were really respected as ensures current legislation. Therefore, sexual violence has shown diverse and decentralized manner, reaching more rigorously children and / or teens more disenfranchised from society because they are more likely the rules imposed by the aggressors. In this perspective, this study aims to understand the coping of sexual violence against children and adolescents within the family regarding the violation of their rights in the municipality of Lagoa Seca-PB, highlighting the work done by professionals in the safety net. The research presented part of an analytical and critical perspective, from a field research. The survey was given by the Specialized Social Assistance Reference Center (CREAS) and the Municipal Guardianship Council, with the subject professionals who work in these institutions in protecting the rights of children and adolescents at the municipal level. Thus, it was used as data collection instruments a semi-structured questionnaire and documentary survey of archives of the institutions. Sexual violence against children and adolescents appears as a problem of social order, which requires attention of the whole society. Thus, it is concluded that in many family situations are involved, complicating the complaints and contributing to impunity through silence and fear. Our research points to the need for further advances in the quest for consolidation of the rights of children and adolescents, by strengthening the social safety net.

**Keywords:** Children and Adolescents; Sexual violence; Family; Rights; Statute of Children and Adolescents

## **LISTA DE SIGLAS**

**CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**FEBEM** - Fundação Estadual de Bem Estar do Menor

**FUNABEM** - Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**OMS** - Organização Mundial de Saúde

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social

**SEMAS** - Secretaria Municipal Assistência Social

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
<b>3. CRIANÇA E ADOLESCENTE E A IMPORTANCIA DAS POLITICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO .....</b>	<b>18</b>
3.1 Definições e conceitos em relação a crianças e adolescentes.....	18
3.2 A politica de Atenção à família no Brasil: avanços e conquistas .....	21
3.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) .....	24
<b>4. AS FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL .....</b>	<b>27</b>
4.1 Violência: definições e características .....	27
4.2 A violência e suas tipificações: o caso do abuso sexual contra criança e adolescente .....	29
<b>5. A VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS MEDIDAS LEGAIS DE ENFRENTAMENTO NO MUNICIPIO DE LAGOA SECA-PB .....</b>	<b>34</b>
5.1 O municipio de Lagoa Seca-PB .....	34
5.2 O Centro de Referencia Especializado de Assistência Social (CREAS) .....	35
5.3 Apresentação dos dados e resultados analíticos da pesquisa de campo.....	36
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICES</b>	
<b>APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETO DE PESQUISA</b>	
<b>APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL EM CUMPRIR OS TERMOS DA RESOLUÇÃO 466/12 DO CNS/MS</b>	
<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -TCLE</b>	
<b>APÊNDICE D – ROTEIRO DE QUESTIONARIO SEMIESTRUTURADO</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

A motivação pela escolha da temática surgiu com a minha inserção no Estágio Supervisionado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social<sup>1</sup> (CREAS) do município de Lagoa Seca-PB. Esta instituição recebe muitas demandas, dentre elas está o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e outros tipos de violação de direitos.

A problemática da violência sexual que envolve crianças e adolescentes vem crescendo a cada dia no município e deixando marcas profundas na população em geral e, principalmente, às vítimas e seus familiares. O pressuposto que orientou a nossa pesquisa foi compreender se a rede de proteção do município de Lagoa Seca-PB, em especial, o CREAS e o Conselho Tutelar componentes do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) está realmente garantindo os direitos da criança e adolescente de acordo com o que estabelece o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) por meio da Lei 8.069/1990 e identificar quais são as medidas legais de enfrentamento ao combate da violência. Dessa forma, objetiva-se analisar as medidas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito familiar quanto à violação de seus direitos no município de Lagoa Seca-PB e especificamente, a) Compreender a conjuntura histórico social da violência sexual contra criança e adolescente no município e identificar os casos que ocorreram no período de 2010 a 2014; b) Identificar o perfil dos profissionais envolvidos e a atuação da rede de proteção e o atendimento dado às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e c) Verificar os programas, projetos e as ações interventivas que estão sendo desenvolvidas pelos profissionais do CREAS e Conselho Tutelar do município para o enfrentamento da violência sexual contra as crianças e adolescentes.

A violência contra crianças e adolescentes é algo presente nos diferentes momentos históricos da sociedade, se manifestando nas mais diversas formas, e

---

<sup>1</sup> O CREAS constitui-se numa unidade pública estatal, faz parte da Política de Proteção Social de Média Complexidade desenvolvida no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos ofertando apoio e acompanhamento individualizado.

suas expressões integram uma série de fatores que podem levar a outros tipos de violência, que até então eram desconhecidos.

Nesse sentido, a violência é uma das maiores preocupações da sociedade brasileira, resultante da má distribuição de renda e de um sistema educacional deficiente, falta de oportunidades e emprego para os jovens que vê a maior parte da produção do país se concentrar com os empresários que são os detentores dos meios de produção.

Essa situação vai impactar nas famílias e conseqüentemente no aumento da violência intrafamiliar, que nas últimas décadas vem apresentando um grande crescimento nos índices de violência, sendo que a violência sexual é uma das mais preocupantes. Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – o Disque100 - divulgada no portal de notícias UOL notícias<sup>2</sup>, apesar de uma queda de 15% entre 2012 e 2013, o Brasil ainda registra uma média de 87 denúncias por dia.

Ainda de acordo com o Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, em 2012, foram registradas 37.726 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o Brasil. Em 2013, esse número caiu para 31.895. Na Paraíba, em 2012, foram registrados 890 casos, enquanto que em 2013, houve um aumento significativo e passou para 951 casos, um aumento de 6,85%. Esse aumento significativo na Paraíba vem se disseminando por todos os municípios, a exemplo do município de Lagoa Seca-PB.

Assim, com a finalidade de atingir os objetivos propostos utilizou-se a pesquisa exploratória, com a aplicação de questionário semi-estruturado (Ver em Apêndices), possibilitando a captação do livre pensamento dos profissionais pesquisados, obedecendo aos requisitos do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba. As informações foram submetidas à técnica de análise de conteúdo objetivando a apreensão crítica da fala dos entrevistados. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa serão explicitados de forma concisa na próxima seção deste trabalho.

Esta pesquisa contribuirá para uma importante discussão no espaço acadêmico com a apresentação de fundamentações teóricas e argumentos

---

<sup>2</sup> Dados pesquisados no site UOL Notícias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 dezembro de 2014.

pertinentes sobre a temática em questão, onde mostrará a importância do combate à violência sexual contra criança e adolescente no âmbito familiar, assim como, enfocando os direitos e medidas de proteção à criança e ao adolescente no país, particularmente, no município de Lagoa Seca-PB.

Portanto, essa pesquisa trará elementos que nos ajudarão a entender as causas que levam à violência sexual contra criança e adolescente no âmbito familiar no município de Lagoa Seca-PB, como também, a forma de enfrentamento por parte da rede de proteção que o município dispõe. Como também, irá trazer discussões sobre as políticas sociais de enfrentamento a esta problemática no Brasil.

A organização deste trabalho está estruturado em três seções. Na primeira seção intitulada *Criança e Adolescente e a importância das políticas de proteção social no contexto brasileiro*, apresentamos as definições e conceitos em relação aos termos criança e adolescente, destacando a viabilização de direitos e deveres destas na sociedade, com destaque no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na segunda seção, que tem como título *As faces da violência contra crianças e adolescentes no Brasil*, realizamos algumas discussões importantes sobre a violência, aprofundando, especificamente, a familiar e sexual em um contexto socio-cultural em constante transformação no país, assim como, destacamos os meios e mecanismos legais criados para o combate destas formas de violência.

Na última seção *A violência sexual contra crianças e adolescentes e as medidas legais de enfrentamento no Município de Lagoa Seca – PB*, centralizamos a discussão nos órgãos CREAS e Conselho Tutelar, destacando o papel de cada um no combate aos efeitos e consequências da violência em suas mais diversas formas com ênfase nos dados coletados sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no município Lagoa Seca-PB.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este trabalho monográfico teve como principal objetivo analisar o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes quanto à violação de seus direitos no município de Lagoa Seca-PB, destacados, anteriormente, na introdução. Para tanto, a presente pesquisa foi do tipo exploratória, bibliográfica e documental de natureza quali-quantitativa, e de campo, onde nos permitiu um maior conhecimento do objeto investigado.

De acordo com Gonsalves (2007, p. 67)

A pesquisa exploratória é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado.

Neste sentido, a pesquisa exploratória nos aproximou diretamente com o objeto em questão, nos dando a oportunidade de conhecer melhor a realidade que nos apresenta, ultrapassando a barreira do aparente, procurando entender as razões e motivos que levaram a problemática em questão.

Para aprofundarmos melhor o nosso estudo, realizamos uma pesquisa bibliográfica, que é sem dúvida um dos momentos mais importantes da pesquisa, a partir dela o pesquisador poderá aprofundar mais o conhecimento da realidade escolhida. Nesse aspecto, pode-se compreender que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituindo principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica. (GIL, 2007, p.45)

Para fundamentar nossa discussão utilizamos alguns autores que têm relevante importância para a discussão da nossa temática, como Silva (2000), Faiman (2004), Eufrásio (2009) que discutem violência nas suas mais variadas formas, destacando conceitos, características e consequências sociais; Áries (1978) por trazer para nosso trabalho importantes contribuições por discutir a História social

da criança e da família, dentre outros como é o caso das legislações em vigor com destaque para a PNAS/ 2004, LOAS/1993 e o ECA/1990.

A pesquisa documental segundo Santos (2000) é uma pesquisa realizada em fontes como tabelas estatísticas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza, desenhos, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, inventários, informativos, certidões, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos etc.

O método utilizado nesta monografia foi o dialético de Marx, pois possibilitou conhecer melhor o objeto de estudo em todos os aspectos, onde não basta analisar o objeto a partir da aparência e sim de sua essência.

A pesquisa documental utilizada na pesquisa foi recorrente no CREAS e no Conselho Tutelar do município de Lagoa Seca-PB, na qual buscou-se por meio de documentos como prontuários de atendimentos, registros de ocorrências e relatórios dos profissionais coletar dados pertinentes ao objeto estudado.

A pesquisa foi realizada no CREAS e no Conselho Tutelar localizados no município de Lagoa Seca – PB, por ser o primeiro o campo de estágio e o segundo por entender a importância dos serviços na consolidação e garantia de direitos sociais de crianças e adolescentes.

Os sujeitos pesquisados foram escolhidos por serem os profissionais de referência das referidas instituições, sendo eles: 05 profissionais, divididos entre 02 profissionais do CREAS, constituído por: 01 Assistente Social e 01 Psicóloga e, 03 Conselheiros Tutelares, totalizando o universo da pesquisa.

Nesta pesquisa foi utilizado como instrumento para a coleta de dados um questionário semi-estruturado (Ver apêndices) com perguntas abertas e fechadas, para melhor delinear o perfil e demais características dos sujeitos envolvidos no estudo, e por favorecer uma maior espontaneidade e liberdade na expressão do pensamento dos participantes. Desta forma, “o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.” (TRIVIÑOS, 2008, p. 146).

A opinião dos informantes é de suma importância para a pesquisa, pois através dela temos uma ideia mais objetiva a respeito do tema em questão, onde

permite que ele expresse com suas palavras, sua visão livre e autônoma, podendo externar opiniões e conceitos livremente.

Para Parasuraman (1991) um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para se chegar os dados necessários para se atingir os objetivos da pesquisa. O autor ainda afirma que construir questionários não é uma tarefa fácil, requer tempo e esforço adequado para a construção do mesmo, é uma necessidade, um fator de diferenciação favorável. Não existe uma metodologia padrão para a elaboração de questionários, isto é, modelos prontos e acabados, fechados em si mesmos, porém existem inúmeras recomendações de diversos autores com relação a essa importante tarefa no processo de pesquisa científica.

Os dados necessários á elaboração da presente monografia, foram obtidos a partir de fontes primárias que foram as coletas a partir dos dados da pesquisa documental por meio das informações obtidas junto ao CREAS e ao conselho Tutelar. As fontes secundárias, considerando que busquei suportes em autores que vieram contribuir com análises teóricas sobre o tema aqui abordado.

Para a análise dos dados coletados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, objetivando a compreensão das falas e seus significados. Segundo Deslandes (2011, p. 84) “através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. Bardin (1977), também destaca que, a análise de conteúdo configura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, razão pela qual destacamos as falas mais relevantes referentes ao tema abordado pelo nosso trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, esta pesquisa foi submetida às exigências do Comitê de Ética da UEPB, segundo as Diretrizes e Normas Regulamentadas de Pesquisa definidas pelo conselho Nacional de Saúde, através da Resolução n. 466/12.

Destacamos que a coleta de dados foi realizada mediante prévia informação aos profissionais a respeito dos objetivos da pesquisa e expressa autorização dos mesmos para a coleta e análise das informações a serem por eles fornecidas, com base na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todos os Termos utilizados na pesquisa estão inseridos em Apêndices.

### **3. CRIANÇA E ADOLESCENTE E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Nesta seção, apresentamos a discussão sobre o processo de construção social da infância, com destaque para os termos socialmente constituídos, criança e adolescentes, focando a viabilização de direitos e deveres destes na sociedade com embasamentos no ECA. Neste sentido, o ECA trouxe um conjunto de direitos sociais que vieram promover a proteção integral.

#### **3.1 Definições e conceitos em relação a crianças e adolescentes**

Desde os tempos mais remotos da humanidade, da idade antiga até os tempos modernos, as questões referentes à faixa etária sempre teve um importante papel social, pois ela definia elementos importantes dentro do núcleo familiar, na sociedade, no trabalho e na política, fator que tem seu destaque de acordo com a cultura de cada sociedade.

O ser humano em sua gênese passa por importantes transformações biológicas e sociais e estas têm seu ponto de partida na infância, conceito este que ao longo da história passa por diferentes modificações no que tange ao seu sentido e importância, sendo muitas vezes caracterizada como um adulto em miniatura, como aponta Áries (1978, p. 50) “[...] no mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido”. Esse comparativo nos permite perceber que não se tinha uma imagem clara do que era a infância e suas peculiaridades, capaz de alimentar sentimentos e relações diferenciadas de acordo com as condições psicológicas e físicas de cada indivíduo.

[...] o sentimento da infância não existia - o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (ÁRIES, 1978, p.156).

Aqui, se destaca a ideia de sentimento, colocando as relações familiares nesse período como desprovidas de uma afeição paternal tal qual entendemos hoje. Sua condição de criança era distinguida apenas no que se referia ao comparativo com os adultos, pois não se tinha uma legislação capaz de definir claramente cada fase da vida do cidadão.

Para tanto, o indivíduo em sua fase de criança passa por um período em que há um grande desenvolvimento psicossocial e cognitivo acompanhados por mudanças físicas de relevância que vão contribuir para a sua formação humana. Nesse período, a principal atividade das crianças deve ser as brincadeiras, as quais são responsáveis por estimular o desenvolvimento do intelecto infantil, a coordenação motora e os diversos outros aspectos que são de relevante importância para o desenvolvimento pleno da criança.

Para os gregos a “infância” referia-se a seres com tendências selvagens a serem dominadas pela razão e pelo bem ético e político. No período medieval era entendida como evidência da natureza pecadora do homem, pois nela a razão, reflexo da luz divina, não se manifestaria. Já nos Séculos XV e XVI, novos modelos educacionais foram criados para responder aos desafios estabelecidos pela maneira como a sociedade europeia então se desenvolvia.

Desse modo, o desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas ocorridas no período do Renascimento estimularam o surgimento de novas visões sobre a criança e sobre como ela deveria ser educada. Autores como Erasmo de Roterdã (1465-1530) e Montaigne (1483-1553) sustentavam que a educação deveria respeitar a natureza infantil, estimular a atividade da criança e associar o jogo à aprendizagem. (OLIVEIRA, 2002).

Oliveira (2002) afirma que no início do século XX, não só era dominante a preocupação de encaminhar as concepções sobre a infância a um estudo mais rigoroso, científico e integrado, como também os valores sociais produzidos no embate de problemas políticos e econômicos eram defendidos como metas para a educação infantil. Neste contexto, os serviços de educação infantil assumem um papel importante e, em complementação à ação da família, devem proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança.

Esse desenvolvimento prossegue na adolescência, pois nessa fase esse indivíduo passa por uma transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social que influenciarão no futuro.

A adolescência, mal percebida no Antigo Regime, se distinguiu no século XIX e já no fim do século XVIII através da conscrição, e mais tarde, do serviço militar. O *écolier* - o escolar - e esta palavra até o século XIX foi sinônimo de estudante, sendo ambas empregadas indiferentemente: a palavra colegial não existia – o *écolier* do século XVI ao XVIII estava para uma infância longa assim como o conscrito dos séculos XIX e XX está para a adolescência (ÁRIES, 1978, p. 187).

Essas definições e conceitos em relação a crianças e adolescentes como foram citados acima variam de acordo com cada cultura, com suas peculiaridades da mesma forma a aplicação de conceitos e leis a esta faixa etária.

Os limites cronológicos da infância e da adolescência são definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), menores de 10 anos crianças, entre 10 e 19 anos (adolescentes) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 15 e 24 anos. Na maioria dos países, o conceito de *maioridade* do ponto de vista legal é estabelecido aos 18 anos, como é o caso do Brasil. (EISENSTEIN, 2005)

No Brasil, de acordo com o ECA (1990) são definidos como crianças os indivíduos até doze anos de idade incompletos e, como adolescentes aqueles que têm entre doze e dezoito anos. Assim, entende-se que estes devem estar sobre a responsabilidade dos pais ou responsáveis, protegidos pela sociedade e pelo Estado conforme enfatiza o artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 144-145)

Percebe-se que a sociedade tem sua parcela de responsabilidade no que diz respeito aos cuidados e a garantia de direitos a crianças e adolescentes, dever que por séculos foi negado nas mais diferentes sociedades. Esse dever não se funda tão somente no aspecto ligado a idade, mas também devem ser levados em consideração os aspectos psicológicos e sociais.

Não basta só definir questões referentes à condição cronológica dos cidadãos, mas é também fornecer os elementos favoráveis a uma condição de vida plena que proporcione igualdade de direitos e deveres, que dê condições a família de ter no Estado uma mão sempre presente nos mais diversos momentos.

Destarte, o Estado vem criando ao longo dos séculos mecanismos que são capazes de fornecer aos cidadãos serviços de extrema importância através de Políticas Sociais e de proteção presentes nas mais diversas esferas, que atingem desde a criança até o idoso, proporcionando uma proteção social a família como todo.

### 3.2 A Política de Atenção à família no Brasil: avanços e conquistas

Nos últimos séculos, as políticas sociais vêm apresentando diretrizes para o encaminhamento e o enfrentamento de problemáticas sociais bem diversificadas, criando mecanismos para a consolidação de direitos em diversas áreas e ao mesmo tempo fortalecendo o sistema político e ideológico em vigor, pois “as políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.” (FALEIROS, 1991, p. 8)

As Políticas Sociais devem ser vistas independente de quais sejam elas, como direitos socialmente conquistados, que tem como bom objetivo primordial a melhoria da qualidade de vida da população.

Quando nos remetemos ao campo dos direitos, devemos ter em mente que eles não se constituíram do nada, foram construídos através de lutas das mais diversas parcelas da sociedade e estes direitos quando relacionados à família em especial aos menores de 18 anos não existiam até a década de 1920.

Neste sentido, os menores até 1927 não tinham uma legislação que os acompanhasse em casos especiais, situação que muda após ser aprovado o 1º Código de Menores (Decreto nº 17.943 de 1927), também conhecido como Código Melo Mattos, em razão do juiz José Candido Albuquerque Mello de Mattos seu autor.

Embora elaborado exclusivamente para o controle da infância abandonada e dos delinquentes de ambos os sexos, menores de 18 anos (art.1º), o

Código Mello Mattos seria, apesar disto, o primeiro diploma legal a dar um tratamento mais sistemático e humanizador à criança e ao adolescente, consolidando normas esparsas anteriores e prevendo, pela primeira vez, a intervenção estatal nesta delicada seara social. (AZEVEDO, 2007, p. 3)

Este código foi um avanço no que tange a participação do Estado enquanto interventor em situações delicadas que até então não dispunham de amparo legal, ou seja, o 1º código de menores foi a primeira legislação a favor das crianças e dos adolescentes.

Já a partir de 1964, por meio da Lei nº 4.513 de 01/12/1964, foi instituída a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) na esfera nacional, e, mais tarde, a Fundação Estadual de Bem Estar do Menor (FEBEM) nos âmbitos estaduais, a mesma tinha como objetivo garantir o bem estar social através da internação de crianças e adolescentes consideradas carentes, abandonadas e infratores que estavam soltas nas ruas do país. (BRASIL, 1964).

Em 1979, é aprovado o novo Código de Menores por meio da Lei nº 6.697, revogando o disposto no Código Melo de Matos, a doutrina do “direito penal juvenil”, que vigorava até então, dando outros direcionamentos para as “situações irregulares” perante a lei, como as condições de moradia, subsistência, cuidados, comportamentos e ausência dos responsáveis legais.

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
  - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
  - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a:
  - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
  - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI - autor de infração penal. (BRASIL, 1979, Art. 2º)

O referido código não trazia muitas mudanças para a vida dos menores, como alimentação, vestuário, moradia, saúde e educação, que por ele era visto, pois ainda trazia a ideia dos bons costumes de influência moralista da Igreja Católica,

percebendo um avanço real com a aprovação da inovadora (Lei nº 8.069, ECA, 1990), no qual será discutido na próxima seção 3.3 deste trabalho.

Essas ações legalistas devem influenciar fortemente nas condições de vida dos cidadãos e, conseqüentemente, na construção de uma política de atenção à família que fortaleça para a construção de um modelo preventivo de atuação que evidencie a necessidade de cuidar, antes da família, para que não venha a ocorrer à violência sexual no âmbito familiar. Com isso, a atenção à família vem para priorizar os vínculos, as funções e as organizações afetivas que perpassam as gerações familiares e não apenas enfoca a violência momentânea, mais a médio e longo prazo. (FAIMAN, 2004).

No Brasil, quando as unidades familiares se deparam com problemas específicos, somado com as dificuldades do meio social em que vivem e que não conseguem resolver, tendem a aparecer estas demandas através de conflitos, como: violência, doença e abandono. Assim, são necessárias ações, por parte dos profissionais da área da assistência social para prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de políticas públicas para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Neste sentido, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993) no seu Art. 1º diz que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, que provê os mínimos sociais e que é realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento das necessidades básicas das famílias que mais precisam. Assim, a assistência social tem como objetivo a proteção social a família que vai desde a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) se organiza em dois tipos de proteção social: a *proteção social básica* onde fornece um conjunto de serviços através de programas, projetos e benefícios sociais da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários tendo o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), como porta de entrada da Política e a *proteção social especial* que é um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa dos direitos e a proteção de famílias

e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos, que tem no CREAS seu ponto de referência.

Entende-se que a família tem uma rede de proteção que pode lhe atender e garantir seus direitos conforme estão inscritos na legislação brasileira, pois ela traz vários dispositivos que contribuem para o desenvolvimento da família e da sociedade, garantindo, assim, direitos e deveres de toda família.

### 3.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Quando se trata de direitos não podemos deixar de destacar uma importante conquista que assegura o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes no país que foi a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, como fora mencionado anteriormente ao colocar a criança e o adolescente no centro das discussões. No art. 5: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais” (GOIÁS, 2001, p. 5). Essa punição tem como objetivo garantir que os direitos sociais sejam preservados para que os laços familiares não sejam rompidos.

A criança e o adolescente no Brasil, neste cenário pós ECA passa a ser visto em sua integridade, como um cidadão detentor de direitos, cuja responsabilidade dos pais não se exclui em momento algum, sendo eles segundo a lei os verdadeiros pilares que devem suprir e assegurar a proteção que lhes são necessárias para viver em sociedade.

O ECA tem como meta estabelecer medidas concretas e viáveis visando garantir, a proteção a esse contingente populacional, pois todas as crianças e adolescentes necessitam ter atenção especial para que consigam proteção plena contra a violação de seus direitos. Faleiros (2000) citado por Santos e Ippolito et. al. (2004, p.10) afirma que o “Estatuto da Criança e do Adolescente é considerado internacionalmente como instrumento legislativo de vanguarda e torna-se referência para a proteção da infância e adolescência”. Essa proteção não se limita apenas ao que a lei determina, mais também ao fortalecimento dos laços sociais e familiares.

O ECA se subdivide basicamente em dois livros. O Livro I enfoca os direitos sociais como educação e saúde e é voltado a qualquer criança e adolescente sem

exclusão de toda natureza. Já o livro II é dirigido a esse segmento populacional em condição de risco tanto pessoal quanto social, em virtude de sua conduta ou da ação ou omissão dos pais, da sociedade e do Estado. (CARVALHO, 1998 apud BARBOSA, 2003).

Desse modo, o ECA coloca o seu público alvo como sujeito de direitos, ou seja, cidadãos integralmente, e não apenas como objeto de atenção do Estado, sendo aplicado a todos, independentemente de sua condição social. Costa (1997) citado por Barbosa (2003) destaca que o ECA introduz um componente de modernidade político-social no campo de atendimento, da promoção e da defesa dos direitos da criança e do adolescente, consubstanciando-se num conjunto de mudanças em conteúdo, método e gestão.

Percebe-se que, o ECA traz em seu conteúdo caracteres mais relevantes no que tange a menores e adolescentes infratores do que para os não infratores, de certa forma este Estatuto reproduz a lógica correção em detrimento da promoção.

[...] ele é muito mais concentrado na questão da criança delinqüente, que na criança não delinqüente, quer dizer, a criança não delinqüente, continua sendo em parte, pouca amparada legalmente, ou amparada por outros estatutos que não o da criança e do adolescente. O que me perguntaria e se esse não é um ranço das legislações anteriores (CAVALHERI, 1995 apud SILVA, 2000, p. 14).

A questão do direito em consonância com o dever de forma alguma deve negligenciar ou impedir que estes sejam garantidos a todos de forma igualitária, seja ele criança ou adolescente, pois em muitas situações, estes têm sido ineficientes em cumprir os propósitos para os quais fora concebido. Nesse aspecto,

[...] são asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias: I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; II - igualdade na relação processual podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias a sua defesa; III - defesa técnica por advogado; IV - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados na forma da lei; V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento. (BRASIL, ECA 1990, Art. 111, p. 66-67)

Vale salientar que essas garantias trazidas pelo ECA tem como objetivo prioritário o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários daqueles que por

algum motivo ao longo de sua breve vida, tiveram laços rompidos. Com essas ações tem-se o objetivo de reinseri-lo na sociedade de forma harmônica.

O ECA se destina a assegurar proteção integral a crianças e adolescentes, de tal modo a garantir a efetividade de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, uma vez que estabelece que

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, ECA 1990 Art. 4º, p. 10)

Dessa forma, a responsabilidade por garantir que sejam assegurados tais direitos não é apenas da família mais também de toda a sociedade que deve se sentir co-responsável, participar ativamente desse processo favorecendo a consolidação dos direitos garantidos por lei.

Ainda no seu Art. 5º, o ECA, afirma que nenhuma criança ou adolescente será “objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. O Estatuto destaca que a criança e o adolescente não pode ser objeto de qualquer forma de negligência e outros tipos de discriminação e opressão, e isso é inovador quando nos remetemos aos primeiros códigos e leis que ainda tinha o menor como um “cidadão” sem os mesmos direitos e deveres do adulto.

Portanto, não é apenas um arcabouço de leis que alimenta um sistema de garantias em favor das crianças e do adolescente como a Constituição Federal de 1988 e o ECA, mas a participação atenta da família e da sociedade, pois os resultados dessa parceria ainda não são satisfatórios, ainda é visível que haja vítimas dos mais diversos tipos de violação de direitos, como a violência dos mais diversos tipos, como a psicológica, física, especialmente, a sexual, objeto de nosso estudo, enfocada na próxima seção.

## 4. AS FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Nesta quarta seção, apresentamos as faces da violência contra crianças e adolescentes no Brasil, trazendo algumas discussões importantes sobre a violência, com destaque para a familiar e sexual, como também os mecanismos de combate as suas variantes em um contexto social e econômico desafiante para a família e a consolidação dos direitos sociais.

### 4.1 Violência: definições e características

A violência vem acompanhando a história da humanidade e pode ser compreendida, em uma perspectiva antropológica, em que as relações exercidas entre os homens partem de uma relação de conflitos e interesses divergentes e contraditórios, em grande parte acompanhada pela ganância, competição, provocando rixas e disputas por algum tipo de objeto, gerando muitas vezes uma violência sem precedentes por ir além do dano físico e moral, da coação, do constrangimento e da força.

De acordo com Eufrásio (2009) citado por Costa (1997) para pensadores como Marx, Engels e Hobbes, a origem do surgimento da violência vem desde a sociedade primitiva. Neste sentido, parte-se da revolução agrícola, através da agricultura, na qual exige novas relações sociais entre os homens gerando assim a violência como instrumento de defesa e de regulação. Com isso, os homens para reprimir as diversas formas de desvios por partes daqueles que não queriam a revolução utilizaram da violência. Quanto à origem da violência a

Manutenção de direitos e privilégios, conquista de bens e punição a atitudes consideradas nocivas pela sociedade representam a origem de uma atitude permanente de agressão e defesa que marcará todas as sociedades humanas. Cada uma delas vai procurar, por antecipação, armar-se e desenvolver estratégias guerreiras contra seus inimigos principais. (EUFRASIO, 2009 *apud* COSTA 1997, p. 104)

A violência chega a representar uma categoria de manifestação por parte dos seres humanos com o intuito de preservar o seu bem material e amenizar certos

conflitos que venha a ocorrer. Neste sentido, o homem tem várias possibilidades de conter os conflitos através da sua força física.

Analisando a questão da violência nas últimas décadas, constata-se um aumento significativo da violência na sociedade. Este fenômeno tem nos mostrado uma diversificação muito descentralizada, atingindo assim todas as classes sociais, com maior rigor a classe social mais vulnerabilizada da sociedade. Este fenômeno configura-se como um grande problema social, que vem a cada dia assolando a sociedade, impulsionando várias terminologias que variam conforme a situação física, moral, sexual, principalmente, contra criança e adolescente, a mulher e outros segmentos mais vulneráveis.

Dentre estas terminologias destacamos a *violência intra-familiar* envolvendo crianças e adolescentes que pode ser considerada como um fenômeno social que envolve toda a estrutura da sociedade e que pode levar a vários tipos de violência como foi citado anteriormente. No entanto, não basta trabalhar essa questão individualmente e sim no coletivo, mobilizando não só a família das vítimas mas a sociedade no geral, tendo em vista ser um problema social de graves consequências para todos, que requer atenção especial por parte dos setores públicos, através de uma maior mobilização, no que diz respeito a sua superação.

Segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os grupos mais vulneráveis são as crianças e os adolescentes, a mulher e os idosos. Esses grupos são os mais atingidos por apresentar maior vulnerabilidade, tendo em vista as desvantagens físicas e psicológicas diante do agressor.

São inúmeros os casos de violências físicas, psicológicas, e morais que não são notificados, ficando fora das estatísticas, pois as crianças e os adolescentes não têm coragem de denunciar seus agressores junto às instituições que as protegem legalmente, pois as mesmas não se sentem seguras.

A violência que ocorre no ambiente intra-familiar deve ser compreendida como sendo omissões e ações que afetam o bem estar físico e psicológico e sem dúvidas a liberdade das crianças e dos adolescentes.

Diante disso, a violência pode ocorrer tanto dentro ou fora do ambiente familiar, os agressores pode ser qualquer um ente familiar, ou qualquer outra pessoa que convivam no espaço doméstico tendo ou não laços de parentesco com as vítimas.

Na atual conjuntura ocorrem importantes modificações estruturais nos lares das famílias por diversos motivos, tais como: instabilidade financeira, separações, novas uniões, entre outros fatores. Essas mudanças têm gerado um grande impacto na estrutura familiar contribuindo para um aumento significativo de conflitos, o que leva as crianças e os adolescentes a uma situação de vulnerabilidade e risco social.

Assim, compreende-se que a família tem um importante papel na sociedade como modelo capaz de moldar e transformar vidas ultrapassando os muros sociais e históricos. Prado Júnior (1994) afirma que “a família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da história e apresentando até formar finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado.” Por ser uma instituição social requer responsabilidade e compromisso, tanto para com os seus membros como para com a sociedade na qual está ingerida, contribuindo para seu fortalecimento enquanto instituição social.

Dessa forma, está em harmonia com as normas estabelecidas na sociedade onde a criança nasceu e reproduz todos os padrões e regras e ao mesmo tempo reafirma a ideologia massificante que tem no Estado seu maior incentivador, que se utiliza da justiça, sistema de saúde, escola, entre outros, para influenciar e interferir na esfera privada que é a família, seus direitos e seus deveres, significa aceitá-los como verdadeiros.

Na atualidade, um dos problemas sociais que mais se destaca é a violência e suas múltiplas faces, se apresentando em todos os contextos sociais econômicos e culturais, de varias formas e características, inibindo a liberdade social das vítimas.

#### 4.2 A violência e suas tipificações: o caso do abuso sexual contra a criança e o adolescente

A violência se manifesta nos mais diversos cenários da vida cotidiana, não se prendendo ao espaço, tempo, se adequando as adversidades presentes na sociedade, no trânsito, no trabalho, na família, contra a mulher, crianças e adolescentes de todas as etnias e classes sociais.

A *violência* do tipo *física* é ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano à integridade física de uma pessoa sendo a mais frequente, pois ela atinge a

vítima de uma forma desrespeitosa e desumana, causando danos de ordem fisiológica e material, saindo muitas vezes do campo das ameaças para a prática.

No caso da *violência psicológica*, a mesma é um comportamento considerado não físico, mas, no entanto, pode causar prejuízo irreparável para as vítimas, também ocorre sempre em uma relação desigual de poder, em que o agressor exerce uma forte autoridade sobre a vítima, onde a mesma fica sujeito a maus tratos mentais e psicológicos de forma permanente. O interior das famílias é o local em que mais ocorre esse tipo de violência contra as crianças e os adolescentes sem falar do ambiente escolar onde o mesmo é muito propício para esse tipo de tortura psicológica.

Já o *abuso sexual*, propriamente dito, é uma ação em que o agressor obriga a criança ou o adolescente a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com o uso de sua força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal.

De acordo com Minayo (2006) é considerada como violência sexual o ato ou o jogo sexual que ocorre nas relações hétero ou homossexual e visa estimular a vítima, ou utilizá-la, para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física e ameaças.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos abaixo de 18 anos foram forçados a manter relações sexuais ou sofreram outras formas de violência sexual que envolveu contato físico em 2002.

Neste sentido, quando o abuso é praticado ocasionam danos físicos, psicológico ou outros tipos de comportamento por parte da vítima que foi abusada sexualmente, onde as mesmas ficam com sequelas para o resto de sua vida. Diante de vários tipos de agressões existe um tipo que é bastante conhecido no meio dos letrados o "*incesto*".

O incesto é uma relação sexual entre parentes consanguíneos dentro dos graus em que a lei, a moral ou a religião proíbe ou condena, o mesmo é considerado uma conduta cujo início é marcado sempre por uma relação de afeto entre o agressor e as vítimas, pois sempre se ver um jogo de envolvimento e sedução por parte dos agressores. Entretanto, esse tipo de agressão ainda não é tipificado no

Código Penal Brasileiro, o que para a população não assusta, tendo em vista que este já está muito ultrapassado.

Segundo Dias (2006) este crime que ninguém fala, que ninguém ver denomina-se incesto. Neste sentido, pesquisas apontam que este é um segredo de família mais bem guardado, sendo considerado o delito menos notificado nos veículos de comunicação.

O incesto é um delito cujo início é marcado por uma relação de afeto, um vínculo de confiança. São práticas que começam com gestos gentis, toques e carícias que a vítima recebe de uma pessoa que ela ama que ela respeita e à qual deve obediência. (DIAS, 2006).

O incesto ou abuso sexual intra-familiar é um fenômeno endêmico, presente nas diferentes sociedades e em contextos sociais diversos. O incesto aponta falhas fundamentais na organização das funções familiares e provoca repercussões na constituição da organização psíquica dos sujeitos. Na organização familiar, a interdição do incesto representa uma interposição entre o desejo e a sua satisfação, diferenciando a ordem do caos. (FAIMAN, 2004).

Dias (2006) afirma que 90% dos casos de incesto são cometidos por homens que as vítimas amavam e confiavam; 69% é o próprio pai biológico; 29,8 % foram os padrastos que cometeram o incesto. Neste sentido, não se constatou nenhum caso de abuso por parte dos homossexuais.

Portanto, constata-se que os casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes nos seus lares são assustadores, no qual atinge as diversas classes sociais, sem nenhuma distinção. São vários os fatores que impedem para que as vítimas denunciem seus agressores como, por exemplo, o medo de represálias dentro do seu lar, a vergonha perante a sociedade.

São inúmeros os casos de abuso sexual praticados pelos entes familiares contra as crianças e adolescentes, vê-se que as famílias na maioria das vezes não estão cumprindo com os seus deveres de cuidar e proteger suas criança e adolescentes, assim, facilita cada vez mais para que os agressores se aproveitem das vítimas. Neste sentido, o próprio ECA, apresenta um conjunto de políticas de atendimento, prevenção e programas de assistência voltados para o segmento infanto-juvenil que se encontra em situação de risco pessoal e social.

Em 2000, o Plano Nacional Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, tornou-se referência e ofereceu uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços para o enfrentamento à violência sexual, a partir de seis eixos estratégicos destacados abaixo:

- Análise da Situação – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas.
- Mobilização e Articulação – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolve redes, fóruns, comissões, conselhos e etc.
- Defesa e Responsabilização – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.
- Atendimento - garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.
- Prevenção - assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.
- Protagonismo Infanto-juvenil – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos. (PNEVSIJ, 2013, p. 09)

Essa síntese metodológica nos permite conhecer como se dá a violência sexual levando em consideração os dados coletados através de pesquisas, que só são possíveis a partir de uma mobilização e articulação dos vários setores da sociedade, desde os pequenos municípios até as metrópoles, tendo como base a legislação vigente, a exemplo do ECA. Para tanto, o Estado deve disponibilizar recursos suficientes para financiar estes serviços.

Nesse processo cabe fortalecer a rede de proteção social, disponibilizando profissionais capacitados e um aparato físico propício, pois não basta somente possuir leis que norteiam uma política de proteção, mas é necessário investir nesse serviço colocando como meta a prevenção destes casos antes que eles ocorram e se tornem dados estatísticos levados para a sociedade através dos meios de comunicação de massa e sendo por ela utilizada para conseguir ibope.

No que tange a violência sexual infanto-juvenil, o ano de 2003, foi um divisor de águas ao trazer para o centro do debate um tema tão polêmico, que envolve todas as camadas da sociedade através do Decreto nº 4.837, de 10.9.2003

aprovado durante a Assembleia Ordinária do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA). O CONANDA foi resultado do

[...] processo de articulação e mobilização encabeçado pela sociedade civil, por instituições governamentais e pela cooperação internacional. Foi uma grande manifestação de vontade política do governo e da sociedade civil de operacionalizar o enfrentamento da violência sexual, com metodologia e estratégias adequadas, construídas na base do consenso entre as duas partes. (SANTOS e IPPOLITO, 2004, p.99).

Esse processo trouxe em seu itinerário alguns objetivos, entre esses se destacam os seguintes: assegurar o atendimento especializado tanto às crianças quanto aos adolescentes; realizar ações não apenas de prevenção como, igualmente, de articulação e mobilização, tendo como intuito pôr fim, a violência sexual; estabelecer um conjunto articulado de ações que permitem intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nota-se que as inovações sociais permitiram visualizar a violência com outros olhos, tendo como ferramentas as políticas sociais de proteção, que estão presentes hoje em todas as regiões do país e de forma focalizada nos municípios, dando suporte para um combate mais eficaz.

## **5. A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS MEDIDAS LEGAIS DE ENFRENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - PB**

Nesta quinta seção, apresentamos os resultados e análises da pesquisa de campo sobre a violência sexual no âmbito familiar contra crianças e adolescentes e suas medidas de enfrentamento no município de Lagoa Seca – PB. Primeiramente, destacamos alguns aspectos históricos, geográficos, econômicos e sociais do município; seguido da caracterização institucional do CREAS e, por último os dados obtidos na pesquisa com os profissionais do CREAS e do Conselho Tutelar sobre a problemática estudada.

### **5.1 O município de Lagoa Seca-PB**

A cidade de Lagoa Seca é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Campina Grande, Estado da Paraíba.

A origem do nome Lagoa Seca é permeada por várias versões, a mais precisa é atribuída à existência de um engenho com essa denominação, de propriedade do Coronel Vila Seca. Como homenagem ao Coronel surgiu o nome da cidade. Em uma versão popular um fato ocorrido na Rua João Lourenço Porto, onde existia uma lagoa, que se encontrava sempre seca originou o nome.

Os primeiros habitantes de Lagoa Seca foram os índios "Bultrins". O início de sua povoação se deu em outubro de 1929, e teve como fundador Cícero Faustino da Silva. Sua elevação à categoria de vila ocorreu em 1933, período no qual foi nomeada de "Vila de Ipuarana" (origem indígena) IPU=lagoa e ARANA=ruim, seca. Surge daí mais uma versão para o nome do município. A cidade também já foi chamada de Lama da Gata e Tarimba. (IBGE, 2010).

O distrito foi criado em 1934 e o município desmembrou-se de Campina Grande com sua emancipação política em 04 de janeiro de 1964. A cidade possui os seguintes distritos: Chã do Marinho, Floriano, São Pedro (Campinote), Alvinho e Jenipapo.

De acordo com o IBGE (2010) sua população foi estimada, em 2010, em 25.911 habitantes, distribuídos em 107, 589 km<sup>2</sup> de área. Destes 13.168 são do sexo feminino e 12.743 do sexo masculino. Uma parte significativa da população reside

na zona rural. A densidade média da população é de 236,97 hab./km<sup>2</sup> a quinta maior do Estado, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,627, em 2010.

Entre as diversas atividades econômicas na economia do município predomina o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros (tendo como destaques a laranja, a banana e o chuchu) e a avicultura. Na agropecuária a criação de bovinos, suínos e ovinos fortalece a economia local. A indústria de farinha de Manoel Pereira é a principal base da atividade industrial na cidade. No comércio a farinha de mandioca, a batatinha, o frango para o abate, as frutas e verduras são distribuídas para a região.

A cidade é limitada pelos municípios de Campina Grande, Massaranduba, Matinhas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Montadas, Puxinanã e Esperança.

## 5.2 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

O CREAS do município de Lagoa Seca-PB está localizado na Rua José Pereira da Rocha, Nº 240 Centro. A instituição social foi fundada em 05 de janeiro de 2014 na gestão do atual Prefeito José Tadeu.

Sua estrutura física é composta por sete cômodos, que são divididos em: uma recepção, uma sala para exercício de atividades com grupos de usuários, uma cozinha, uma brinquedoteca utilizada pelas crianças que tiveram seus direitos violados, duas salas de atendimento utilizada pela Assistente Social, Psicóloga e Advogado e um banheiro. As instalações<sup>3</sup> são boas para o atendimento ao público e para as realizações das atividades.

Com relação aos recursos materiais, o CREAS conta com uma linha telefônica, um computador com acesso a internet, impressora, TV de LCD. Para as visitas domiciliares e outros atendimentos a equipe se utiliza de veículos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

A equipe profissional do CREAS é composta por 01 Assistente Social, 01 Psicóloga, 01 Coordenador, 01 Advogado, 01 Orientadora Social e 01 Auxiliar Administrativo. No período da realização desta pesquisa o CREAS contava com 02

---

<sup>3</sup> Os dados referentes à instalação física do prédio em que funciona o CREAS foram coletados a partir do Estágio Supervisionado em Serviço Social que fora realizado durante o período de 31 de setembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014 neste mesmo prédio.

estagiários do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

### 5.3 Apresentação dos dados e resultados analíticos da pesquisa de campo

A aproximação em torno da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito familiar e as medidas de enfrentamento no município de Lagoa Seca-PB têm como objetivo concretizar a nossa proposta de estudo. Para tanto, inicialmente, foram coletados alguns dados (pesquisa documental) junto ao Conselho Tutelar de Lagoa Seca a respeito de casos de violência sexual cometidos no período entre 2010 a 2014.

Dessa forma, os dados quantitativos obtidos com a pesquisa documental junto ao Conselho Tutelar retratam os casos registrados, o grau de parentesco dos possíveis agressores para com as respectivas vítimas, bem como, a distribuição por gênero sem haver identificação e a procedência da denúncia e os dados pessoais de todos os envolvidos.

Entre 2010 a 2014 foram notificados 35 casos, envolvendo 35 crianças, sendo 29 meninas, demonstrando, assim que, a grande maioria dos casos envolve crianças do sexo feminino conforme ilustração abaixo do Quadro 1.

**Quadro 1 - Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no município de Lagoa Seca-PB (2010-2014)**

	ANO				
	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Nº de casos</b>	6 casos	5 casos	6 casos	6 casos	12 casos
<b>Grau de Parentesco</b>	Outros: 6	Irmão: 2 Outros: 3	Padrasto: 1 Outros: 5	Pai: 1 Mãe: 1 Outros: 4	Padrasto: 2 Tios: 3 Outros: 7
<b>Gênero</b>	Meninos: 02	Menino: 01	Menino: 01	Menino: 01	Menino: 01
	Meninas: 04	Meninas: 04	Meninas: 05	Meninas: 05	Meninas: 11

Fonte: Pesquisa primária realizada no Conselho Tutelar no município de Lagoa Seca-PB em 2014.

Os dados coletados junto aos arquivos do Conselho Tutelar do município de Lagoa Seca apresentados no Quadro 01 nos mostram numericamente a incidência de crianças e adolescentes que são abusadas diariamente no município por

parentes, principalmente, entre os anos de 2011 a 2014, com destaque para o último que apresenta quase 50% dos casos notificados, um crescimento considerável em relação a 2013 que apresentou cerca de 33%, em ambos os casos com uma presença maior de meninas abusadas.

Não podemos deixar de salientar que estes números são apenas aqueles que chegam à rede de proteção, expressando uma pequena porcentagem dos casos que realmente ocorrem, ficando no silêncio dos lares que escondem muitas vezes histórias de sofrimentos e crueldades contra crianças e adolescentes.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo com 05 profissionais divididos em 03 técnicos de nível médio do Conselho Tutelar e 02 de nível superior do CREAS, onde foi aplicado um questionário semi-estruturado para todos os sujeitos da pesquisa. Dentre os participantes da nossa pesquisa três são do sexo feminino e dois do sexo masculino.

O número de mulheres atuando nos serviços de assistência social está relacionado, segundo Alves et al (2011) com a questão dos papéis sociais que vem historicamente atribuído entre os sexos. Neste sentido, a mulher era sempre ligada às habilidades com a casa e os filhos, por ser dada a capacidade de ser mãe. Portanto, como era tido como natural a ocupação doméstica das mulheres, o homem tendia a se preocupar com o espaço público.

Dessa forma, a divisão de atribuições entre os sexos refletiu nas profissões, onde o sexo masculino estava diretamente ligado a exercer as atividades laborais de caráter de empreendedor. Já o sexo feminino em razão de ser espontânea, compreensiva e acolhedora foram condicionadas a exercerem profissões como enfermagem, pedagogia e serviço social.

Percebe-se que os Conselheiros Tutelares possuem ensino médio concluído. A renda familiar de 01 a 02 salários mínimos; a faixa etária está entre 27 a 43 anos; e todos eles residem na cidade de Lagoa Seca – PB. De acordo com esse último, observamos que está em atendimento ao que rege o art. 133 do ECA que diz que o conselheiro tem que residir no município.

No que corresponde às entrevistadas do CREAS, a Psicóloga, atua em sua profissão há 09 anos e há 01 ano está no CREAS; a sua média salarial corresponde em média a R\$ 928,00 (novecentos e vinte oito reais). Já a Assistente Social

formou-se no ano de 2013 e, também trabalha no CREAS há um ano; a sua média salarial corresponde a R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Os vínculos de trabalho destes profissionais constituem-se por meio de contratos temporários, sem estabilidade. Estes casos de contratação temporária são formas excepcionais de admissão de pessoal no serviço público e destinam-se a atender necessidade temporária de excepcional interesse público (artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal). Já no caso dos conselheiros tutelares esse processo se dá via eleição como em um processo eletivo normal onde votam os maiores de 16 anos e aqueles que estejam quites com a Justiça Eleitoral.

Os Conselheiros e os Profissionais do CREAS executam um importante trabalho na garantia e preservação dos direitos da criança e do adolescente e a violência contra crianças e adolescentes é uma das muitas ameaças a esta garantia e por isso questionamos aos entrevistados se há casos de violência no município de Lagoa Seca e obtivemos as seguintes respostas:

Sim, violência física, sexual, psicológica, além de violação de direitos fundamentais. (CONSELHEIRO TUTELAR 1).

Sim, violência sexual, física, psicológica. (CONSELHEIRO TUTELAR 2)

Sim, física, sexual, psicológica, e outras mais como violação de alguns direitos fundamentais. (CONSELHEIRO TUTELAR 3)

Ao analisarmos estas colocações, percebe-se que ao responderem a esses questionamentos, os profissionais nos dá uma ideia de como a violência se dá no município a partir das demandas identificadas e das diligências realizadas, demonstrando que não se trata apenas de um tipo de violência, a física, mas de diversificadas formas, conforme citaram na pesquisa.

A Psicóloga do CREAS comunga da mesma opinião ao afirmar que existe “sim” esses tipos de violência como afirmaram os Conselheiros Tutelares 1, 2 e 3, e a Assistente Social vai mais além ao afirmar quais são esses tipos de violência mais comum que o município enfrenta, a exemplo da “violência psicológica, negligencia, violência física, violência sexual, maus tratos, situação de trabalho infantil, abandono”.

Diante das demandas que aparecem tanto no CREAS quanto no Conselho Tutelar, percebe-se que a maior incidência está entre crianças e adolescentes com

idade entre 12 e 15 anos do sexo feminino, que representa a grande maioria dos casos notificados como afirma Vivarta (2003, p. 44)

Meninas são mais vulneráveis à violência que meninos – oito em cada dez vítimas de abuso sexual ou de exploração sexual são do sexo feminino, independentemente da classe sócio-econômica a que pertencem, apontam dados do Ministério da Assistência e Promoção Social.

Essas características se justificam por apresentarem melhores condições para a aproximação e sedução do agressor com a vítima, como afirma o Conselheiro Tutelar 1: “Abuso de adolescentes entre 12 e 15 anos, do sexo feminino”.

Diante disso, a profissional enfatiza que a maior incidência está entre os adolescentes com mais de 12 anos, não se referindo aos menores de 12. Sendo assim, constata-se que é muito complexo analisar a questão da violência, principalmente, quando se realiza um recorte, ao restringir esta violência apenas à questão sexual no município dentro de um contexto de pobreza e aspectos sociais e culturais adversos como bem reflete a Assistente Social na fala abaixo.

É complexo analisar as causas da violência sexual contra crianças e adolescentes, uma que estas estão relacionadas a aspectos sociais, econômicos e culturais. No entanto, as situações observadas em que as famílias são menos favorecidas, as crianças e adolescentes ficam mais vulneráveis, pelo fato que muitas vezes os pais são mais ausentes, tendo menos condições de acompanharem e orientarem os seus filhos. Porém é bom ressaltar que fatores econômicos não são determinantes, são aspectos proporcionais. (ASSISTENTE SOCIAL)

Dado que as formulações das respostas às demandas que se impõem no cotidiano profissional da Assistente Social e da rede de proteção, percebemos que a família é fator decisivo na vida destas crianças e adolescentes, pois se corre o risco de que essas mesmas atitudes possam ser reproduzidas nas relações vivenciadas no seio familiar, com todas as suas divergências e peculiaridades.

Essas características são maximizadas quando nos remetemos à questão econômica, pois a maioria dessas famílias vive em condições precárias de moradia, alimentação e educação de má qualidade.

Diante disso, fizemos, então, a seguinte pergunta aos Conselheiros Tutelares e aos profissionais do CREAS: A maioria desses casos são cometidos no ambiente familiar? Eles foram unânimes ao afirmar que “sim” e destacaram a confiança e a proximidade entre vítima e agressor:

Devido à proximidade e a confiança que a família deposita no agressor. (CONSELHEIRO TUTELAR 1)

Devido a proximidade da família com o agressor. (CONSELHEIRO TUTELAR 2)

Por conta da confiança que a família deposita no agressor. (CONSELHEIRO TUTELAR 3)

Segundo os profissionais, pode-se sinalizar que a proximidade do agressor com a família é elemento presente na maioria dos casos notificados, o que permite que o agressor fique impune, resguardado pelo silêncio da vítima e pela confiança na impunidade devido aos laços afetivos que normalmente existem como enfatiza a Psicóloga do CREAS.

O abusador, em geral, age usando de sedução e ameaças, se utilizando da sua figura de poder e autoridade sobre a criança, usando-a como meio para satisfazer seus desejos. (PSICÓLOGA)

De acordo com a Assistente Social “por ser um ambiente mais favorável, muitas vezes as agressões acontecem de forma repetitivas sem que a vítima tenha inicialmente consciência do ato abusivo do agressor.” Essa ação é realizada no silêncio, à surdina, o que permite que o abusado passe por momentos de terror, em que sua condição de fragilidade é colocada como elemento essencial, pois o agressor tem o objetivo de concretizar os mais íntimos desejos, e para isso se utiliza da condição de submissão nessa relação de medo e violência.

Diante dos casos que são notificados de abuso sexual contra crianças e adolescentes no município, perguntamos no que se refere aos encaminhamentos dado as vítimas depois do abuso sofrido, como eram realizados, isto é, quais os procedimentos tomados pela equipe diante das demandas? De acordo com os entrevistados obtivemos as seguintes falas:

Registra-se o B.O, submetidos a exames sexológicos, acompanhamento individual e familiar por equipe técnica, em geral o CREAS. (CONSELHEIRO TUTELAR 3).

Registro de Boletim de Ocorrência, submetidas a exame sexológico, acompanhamento individual e familiar por equipe técnica, em geral o Creas. (CONSELHEIRO TUTELAR 1).

Pode-se observar nas colocações acima que o CREAS é responsável pela maioria dos atendimentos às vítimas de abusos sexuais, é ele quem encaminha para procedimentos cabíveis de acordo com a necessidade e demanda que surge como afirma a Assistente Social.

Encaminhamentos das vítimas e familiares para avaliação e acompanhamento psicológico; atendimento jurídico; grupos sócio-educativos com as crianças e adolescentes e suas famílias; ao conselho tutelar [...]. (ASSISTENTE SOCIAL)

Assim, observa-se que a profissional nos dá uma ideia sobre o que deve ser feito quando os casos de violência sexual são encaminhados para a rede de proteção, uma vez que, se insere em um contexto conflituoso, em que o direito social não em muitos casos não é devidamente preservado, devidamente mediado pelo poder público.

No que se refere à operacionalização da rede de proteção social perguntamos aos entrevistados, quais os serviços de proteção dos direitos das crianças e adolescentes o município dispõe? E obtivemos a seguinte resposta da Assistente Social destacada abaixo:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho tutelar, CREAS, Segurança Pública, Saúde, Educação. (ASSISTENTE SOCIAL)

Observar-se que o município dispõe de uma rede de proteção devidamente organizada, não se limitando apenas ao Conselho Tutelar e a Segurança Pública, mas também conta com o CREAS, que a maioria dos municípios não dispõe.

Outro ponto relevante remete-nos as contribuições que a rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes vem dando para o município de Lagoa Seca-PB, apesar de enfrentar um problema de desarticulação entre as instituições, a rede de proteção contribui para o fortalecimento e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente conforme relata a Assistente Social.

A rede de proteção contribui com o processo de fortalecimento ao enfrentamento à violação de direitos cometidos contra crianças e adolescentes. Porém julgo importante destacar que há uma desarticulação entre as instituições. (ASSISTENTE SOCIAL).

Nota-se através desta afirmação que são muitos os desafios apontados pela Assistente Social na sua prática dentro do cenário da rede de proteção, exigindo sempre uma capacidade crítica e reflexiva para analisar a realidade vigente, pois o assistente social deve “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais”. (CFESS, CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993, Art. 8º).

Essa postura crítica deve está presente em todo o agir profissional, pois, só assim, será possível fortalecer a categoria e ao mesmo tempo mediar direitos, oferecendo cada vez mais um serviço de qualidade a população. Iamamoto (2009, p. 12), ratifica essa postura,

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes.

Ainda sobre as contribuições que a rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes vem dando para o município, a Conselheira Tutelar 3 enfatiza a participação do Conselho Tutelar e as dificuldades enfrentadas na efetivação dos trabalhos:

A política de assistência vem dando suporte básico e especializado, mesmo com a demanda o C.T. vem dando os devidos encaminhamentos mais a rede torna-se uma dificuldade devido o contato com o judiciário. (CONSELHEIRA TUTELAR 3).

A Conselheira nos faz refletir sobre o quão é desafiador para o Conselho Tutelar atuar junto aos familiares, vítimas e agressores estando muitas vezes distante do judiciário, sem o devido apoio policial, trabalhando sem as devidas condições de segurança, alheios aos perigos da profissão, pois a maioria dos municípios não possuem condições financeiras para equipar os espaços físicos onde funcionam os conselhos.

Contudo, essa dificuldade também é enfrentada no trabalho da rede de proteção social, mesmo assim tem sido possível responder as demandas que surgem com relação ao tema abordado, apesar de uma equipe reduzida, que demonstra ser

Comprometida e qualificada para o atendimento, que mesmo diante dos problemas estruturais consegue superar as dificuldades se utilizando da competência que otimiza o desempenho da equipe” (PSICÓLOGA)

Por fim, questionado aos profissionais do Conselho Tutelar e do CREAS envolvidos nesta pesquisa, quais seriam as sugestões para coibir a violação e garanti os direitos da criança e do adolescente no município. Segundos os profissionais é preciso:

Plano municipal de enfrentamento (CONSELHEIRO TUTELAR 1)

Proximidade com o judiciário (a partir Lagoa Seca da Comarca de Campina Grande (CONSELHEIRO TUTELAR 1)

Aumento na equipe técnica de referencia (CONSELHEIRO TUTELAR 1)

Delegacia com plenitude de pessoal e equipamento (CONSELHEIRO TUTELAR 1)

Políticas Públicas voltadas à prevenção de casos de Violação de Direitos contra Criança e adolescentes. (ASSISTENTE SOCIAL).

A partir dessas falas constata-se que apesar da rede de proteção vim avançando nos últimos anos no que tange a efetivação dos direitos sociais e da consolidação de políticas públicas voltadas para a prevenção à violação de direitos, como é o caso do Conselho Tutelar, ainda enfrentamos muitos desafios, pois não se tem um aparato físico e profissional adequado, isso já se percebe quando nos remetemos ao município como sugere o Conselheiro Tutelar 1.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), através da Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, no Art.4º reafirmou que é responsabilidade dos municípios a implantação, manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares, bem como para o processo de escolha dos conselheiros tutelares, custeio com remuneração, formação continuada e execução de suas atividades como afirma a citação a seguir.

§1º Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes despesas: a) custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax, entre outros necessários ao bom funcionamento dos Conselhos Tutelares; b) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar; c) custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, inclusive diárias e transporte, quando necessário deslocamento para outro município; d) espaço

adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção; e) transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção e segurança da sede e de todo o seu patrimônio; e f) processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Percebe-se que em muitos municípios esta realidade ainda não é presente, pois ainda se tem muito a avançar, a melhorar e conquistar para que a rede de proteção realmente atenda as demandas que efetivamente surgem na sociedade capitalista moderna, para tanto, o investimento financeiro é indispensável.

Um importante passo para que isso ocorra é melhorar a aproximação entre as instituições que compõe a rede de proteção, incentivando uma melhor participação do judiciário e das delegacias que dão suporte aos Conselhos Tutelares nas diligências e encaminhamentos dos casos notificados e apoio irrestrito do poder executivo local que tem por recomendação fazê-lo de forma eficaz.

A parceria entre governo e sociedade produzirá frutos no que tange a consolidação dos direitos constituídos através dos tempos, conquistados por meio de lutas e batalhas em busca de uma melhor qualidade de vida. Essa qualidade de vida implica em serviços prestados pelo poder público de forma eficaz, não se limitando a atingir os casos que são notificados, mas também a trabalhar a prevenção e conscientização da população do seu papel social.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa buscamos compreender a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito familiar e as medidas de enfrentamento no Município de Lagoa Seca-PB.

O problema da violência é uma questão de relevância na sociedade atual por estar presente em todas as classes sociais e etnias e cabe ao poder público buscar soluções e alternativas para combatê-la em parceria com a população que deve dar também sua parcela de contribuição.

Esta violência só cresce e avança, exigindo uma contra partida eficaz do Estado e da sociedade civil, criando leis e mecanismos que favoreçam o combate às suas mais variadas formas. À medida que a sociedade cresce em índices populacionais, cresce também nos números que expressam o quão violenta ela está se tornando, ultrapassando as barreiras econômicas e sociais, passando por uma metamorfose constante.

Acompanhando essas transformações na década de 1990 veio o ECA, que foi um divisor de águas, garantindo direitos e deveres para crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que fortaleceu a participação dos pais e responsáveis, exigindo do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, a implantação de políticas públicas dirigidas, especialmente, para crianças e adolescentes, como exemplos destas temos o Centro de Referência Especializado da Assistência Social e o Conselho Tutelar.

Essas instituições têm como objetivo combater a violência que aumenta a cada dia, se traduzindo em ocorrências cada vez mais frequentes como crimes cometidos contra a liberdade sexual de crianças e adolescentes no âmbito familiar, realidade onde vivem e julgam estar seguras de quaisquer tipos de violência.

No caso do município de Lagoa Seca, localizado no Estado da Paraíba, isso não é diferente, a cada dia que passa os casos só aumentam, atingindo cada vez mais as famílias que estão em situação de vulnerabilidade e risco social, pois as famílias que vivem em pequenas cidades convivem diariamente com dificuldades estruturais ocasionando assim a desigualdade social que contribui e muito para os vários tipos de violência, dentre eles a violência doméstica que faz parte de um contexto socioeconômico e cultural e que de alguma maneira pode influenciar no comportamento agressivo dos familiares.

Assim, compreende-se que a violência doméstica torna-se um fator que impede o desenvolvimento e a integração social de crianças e adolescentes, trazendo vários traumas para o decorrer de toda sua vida e ainda corre-se o risco de uma reprodução futura destes mesmos comportamentos.

Contudo, percebe-se que apesar do ambiente familiar representar um lugar seguro para as crianças e adolescentes, nem sempre isso ocorre, pois como vimos neste trabalho, os índices de violência constatados no ambiente familiar só aumenta, com presença, cada vez mais, frequentes de membros da família como pais, irmãos e padrastos.

Constata-se que tanto as crianças quanto os adolescentes são vítimas de várias formas de violências no âmbito familiar, como física, psicológica, negligência e sexual, as quais trazem sérias consequências ao desenvolvimento dos mesmos e, muitas vezes, os indivíduos que praticam tais crimes sequer são denunciados.

Esta realidade foi percebida durante nossa pesquisa junto ao Conselho Tutelar e ao CREAS discutida durante o período de nosso estágio destacando as oportunidades de vislumbrar os grandes desafios pelos quais passam os profissionais que atuam no combate à violência sexual e doméstica na sociedade brasileira em especial no município de Lagoa Seca-PB.

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha proporcionado melhoria nas ações de defesa das crianças e adolescentes, muito ainda se tem a ser feito.

É necessário que os mecanismos criados pelo Estado tenham todo o suporte necessário para funcionar de forma eficaz, como melhores condições físicas dos ambientes sócio-ocupacionais, com espaço adequado para atendimentos psicológico e social, profissionais melhor pagos, transporte a disposição dos

profissionais para visitas domiciliares e diligências e apoio frequente do poder judiciário e policial, garantindo a segurança de todos os envolvidos na rede de proteção, e ainda a busca de estratégias de enfrentamento e combate à violência que envolve todas as parcelas sociais desde profissionais que atuam na rede de proteção como a sociedade como um todo.

Ainda se faz necessário que os meios de comunicação de massa sejam utilizados de forma mais eficaz no combate à violência, como o Dique 100, que muitos não conhecem a sua importância ao trazer a tona casos que figuram no silêncio dos abusados, permitindo que o anonimato dos que denunciam seja uma arma importante na tarefa de punir os envolvidos nestes crimes.

Percebe-se que tem sido de fundamental importância à atuação dos órgãos e entidades no combate a violência familiar contra crianças e adolescentes e ainda enfatizamos a importância dos profissionais que atuam na rede de proteção, realizando seu trabalho com seriedade, mesmo diante das limitações e omissões por parte do Estado que deixa a desejar no que tange aos investimentos realizados nas políticas públicas que tem como objetivo favorecer a população melhores condições de vida, de forma digna e responsável.

## 7. REFERÊNCIAS

ALVES, M.A.G; RIBEIRO,M.G.F; MORAES,R.R. **Relações de Gênero no contexto do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011. São Luiz: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2011. v. 2. p.1-10. Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

ÁRIES, Phillip. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

AZEVEDO, Maurício Maia de. **O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior**. IV Concurso de Monografia 2008. Disponível em:<[http://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library)>. Acesso em: 12 mai. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARBOSA, M. F. do C. **A Política social como efeito de poder: o desafio da (RES) socialização de adolescentes em conflito com a Lei**. 2003. (Dissertação Mestrado) Universidade de Brasília, Brasília.

BRASIL. Constituição federal de 1988. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.837, de 10.9.2003**. Dá nova redação aos arts. 1º e 1-A do Decreto nº 408, de 27 de dezembro de 1991, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.242, 12 de outubro de 1991, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4837.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4837.htm)>. Acesso em: 23 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 23 Abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 23 Abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 4.513 - de 01 de dezembro de 1964**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4513.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Institui o código de Menores.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6697.htm)>. Acesso em: 12 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004.** Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. 2000. p. 1-59. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/legislacao/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-infanto-juvenil>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. 2013. p. 1-50. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/>> Acesso em: 20 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. UOL Notícias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

CEFESS. **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS** aprovado em 15 de março de 1993, Lei 8662/93. Disponível em:<[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

CONANDA. **RESOLUÇÃO Nº 170, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.** Disponível em:<<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-170>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

COSTA, Cristina. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1997.

DESLANDES, Seuly Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **A Justiça e a Inviabilidade do Incesto.** Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2006/07/04/3708>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

EISENSTEIN, E. **Adolescência: definições, conceitos e critérios.** Adolesc. Saúde. 2005; 2 (2): 6-7. Disponível em: <<http://www.adolescenciaesaude.com>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

EUFRASIO, Marcelo Alves Pereira. **História do direito e da violência:** recortes de uma abordagem interdisciplinar. Campina Grande: Eduepb, 2009.

FAIMAN, C.J.S. **Abuso sexual em família:** a violência do incesto à luz da Psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Primeiros Passos).

GIL, Antônio Carlos: **como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª ed.- São Paulo- editora atlas- 2007.

GOIÁS (Estado). Conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente - CEDCA. **Estatuto da criança e do adolescente**. Goiânia, 2001.

GONSALVES, Elisa Pereira: **conversas sobre iniciação á pesquisa científica**. 4ª Edição Editora Alínea, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2009. p. 1-37. Disponível em: <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf)>. Acesso em: 02 mai. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Faça bonito**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OMS. Estimativas Globais das Conseqüências para a Saúde da Violência contra Crianças. Documento de referência elaborado para o Estudo sobre a Violência Contra Crianças das Nações Unidas. Genebra, Organização Mundial de Saúde, 2006.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, R. A. **Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: MEC, 2004.

SILVA, C. L. da. **A Violência contra a criança e o adolescente em Uberlândia-MG: Um estudo de caso**. 2000. Monografia (Especialização em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VIVARTA, Veet. **O grito dos Inocentes**: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. v. 5. São Paulo: Cortez, 2003. p. 44.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa: A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO FAMILIAR E AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA-PB**

Eu, **ALICEANE DE ALMEIDA VIEIRA**, professora de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba portadora do RG: XXXXXXXX declaro que estou ciente do referido Projeto de Pesquisa e comprometo-me em acompanhar seu desenvolvimento no sentido de que se possam cumprir integralmente as diretrizes da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande -PB, 05 de junho de 2015.

---

Pesquisador Responsável Orientando/a

**APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR  
RESPONSÁVEL EM CUMPRIR OSTERMOS DA RESOLUÇÃO 466/12 DO  
CNS/MS**

**Pesquisa: A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO  
ÂMBITO FAMILIAR E AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE  
LAGOA SECA-PB**

Eu, **ALICEANE DE ALMEIDA VIEIRA**, Professora do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba, portadora do RG: XXXXXXXX e CPF: XXXXXXXXXXX-XX comprometo-me em cumprir integralmente as diretrizes da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Estou ciente das penalidades que poderei sofrer caso infrinja qualquer um dos itens da referi da resolução.

Por ser verdade, assino o presente compromisso.

Campina Grande -PB, 05 de junho de 2015.

---

**Pesquisador Responsável**

---

**Orientando/a**

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, \_\_\_\_\_, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO FAMILIAR E AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA-PB.**

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO FAMILIAR E AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA-PB** terá como objetivo geral “ **Analisar as medidas de enfrentamento contra a violência sexual de crianças e adolescentes no âmbito familiar quanto à violação de seus direitos no Município de Lagoa Seca-PB**”.

Ao voluntário só caberá à autorização para entrevista e não haverá nenhum risco ou desconforto a o voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (83) **8814-2014** com **ALICEANE DE ALMEIDA VIEIRA JUNTO A CONEP- PLATAFORMA BRASIL.**
- Ao final da pesquisa, se For do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, como pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_  
Participante

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa

## APÊNDICE D – ROTEIRO DE QUESTIONARIO SEMIESTRUTURADO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**PESQUISA: A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
NO ÂMBITO FAMILIAR E AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO MUNICÍPIO  
DE LAGOA SECA-PB**

Local da Pesquisa: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### QUESTIONÁRIO

#### I - PERFIL SOCIOECONOMICO DO/A ENTREVISTADO/A

1- Sexo: 1.1 ( ) Masculino    1.2 ( ) Feminino

2- Idade: \_\_\_\_\_

3- Escolaridade: \_\_\_\_\_

4- Município onde reside atualmente: \_\_\_\_\_

5- Profissão: \_\_\_\_\_

6- Instituição/local onde trabalha \_\_\_\_\_

7- Há quanto tempo atua nesta profissão?: \_\_\_\_\_ E na instituição?: \_\_\_\_\_

8- Tipo de vínculo institucional: 7.1 ( ) Concursado    7.2 ( ) Contrato Temporário

9- Qual a sua Renda/Salário (individual)? \_\_\_\_\_

#### II – DADOS/INFORMAÇÕES DA PESQUISA

1- No município de Lagoa Seca-PB há casos de violência contra crianças e adolescentes?

1.1 ( ) Sim. Quais são? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1. 2. ( ) Não.

2- Quais são as/os principais causas/motivos de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Lagoa Seca-PB? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

3- A maioria desses casos são acometidos no ambiente familiar?

3.1 ( ) Sim. Por quê? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

3.2 ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

4- Para as crianças que foram vítimas de violência sexual, quais foram os encaminhamentos dado depois do abuso sofrido?

---

---

---

---

5- Quais as redes (serviços) de proteção dos direitos da criança e adolescente o município dispõe? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

6- Quais são os programas, projetos e as ações profissionais que o município dispõe para o enfrentamento das vítimas de violência sexual?

---

---

---

---

---

---

7- Quais são as contribuições que a rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes vem dando para o município de Lagoa Seca-PB?

---

---

---

---

---

8- Tem sido possível responder as demandas que surgem com relação ao tema abordado? 8.1 ( ) Sim. 8.2 ( ) Não.

Justifique sua resposta \_\_\_\_\_

---

---

---

---

9- Destaque algumas sugestões para melhorar a garantia dos direitos da criança e do adolescente e contra a sua violação no município.

---

---

---

---

---

---

---

---